

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 744.238 - DF (2015/0170352-6)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA**  
**ADVOGADOS : VALÉRIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO - DF013398**  
**ANTÔNIO COSTA LIMA JÚNIOR E OUTRO(S) - DF040249**  
**AGRAVADO : ROBERTO AURELIO DE AZEVEDO ARAUJO**  
**AGRAVADO : MARIA JOSE AFFONSO BRITO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por ASSOCIAÇÃO ESCOLA AMERICANA DE BRASÍLIA - AEAB contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (e-STJ, fl. 108):

*DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA SOBRE FATURAMENTO DA EMPRESA NÃO INTEGRANTE DA RELAÇÃO PROCESSUAL ORIGINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.*

*Mantém-se a decisão em que fora indeferida a penhora sobre o faturamento da empresa, uma vez que não se pode realizar a constrição de bem pertencente a pessoa jurídica estranha ao feito. Agravo de Instrumento desprovido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados às fls. 125/132.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 1.026 do Código Civil. Para tanto, sustenta, em síntese, que *"a via constritiva primária é recair a execução sobre os direitos patrimoniais da quota de participação que o devedor possui no capital da sociedade e não a inclusão desgarrada da empresa à lide"* (fl. 139).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

No tocante à possibilidade de a penhora recair sobre o faturamento da

empresa, nota-se que a Corte de origem a afastou por compreender que é incabível a constrição de bem pertencente à pessoa jurídica estranha ao feito, conforme se extrai do trecho do acórdão a seguir (fl. 113):

*Pois bem. Como se vê, a Agravante pretende que a penhora recaia sobre o faturamento da Empresa CLÍNICA MÉDICA ARAÚJO LTDA-ME, da qual os Executados/Agravados são sócios, com fulcro no artigo 1.026 do Código Civil.*

*É cediço que a constrição sobre créditos ou sobre o faturamento da empresa tem sido ampla e usualmente adotada, haja vista o precípua escopo de facilitar a satisfação do crédito, com observância da ordem legal prevista no art. 655 do CPC.*

*Sabe-se, também, que tal constrição não pode impor demasiado ônus ao devedor, a ponto de impedir o cumprimento de suas demais obrigações, tampouco o regular funcionamento da empresa.*

*Ocorre que a Empresa CLÍNICA MÉDICA ARAÚJO LTDA-ME não integra a relação processual da demanda originária e, por isso, não pode haver constrição judicial sobre os bens pertencentes a terceiros não integrantes da relação processual.*

*Registre-se que a pessoa jurídica tem existência independente e, consequentemente, personalidade jurídica e patrimônio distinto dos sócios que a integram. Portanto, repita-se, não podem ser penhoradas as rendas e os bens de empresa que não integra a lide.*

Ocorre que é assente nesta Corte de Justiça a tese a respeito da impossibilidade de incidência de constrição judicial sobre bem de terceiro alheio à lide, como nos caso dos autos, em observância à limitação subjetiva da execução. A propósito:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. DESISTÊNCIA HOMOLOGADA EM RELAÇÃO AO EXECUTADO ORA RECORRENTE. POSTERIOR CITAÇÃO DO EXECUTADO EXCLUÍDO E PENHORA DE IMÓVEL DE TERCEIRO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.**

*1. Encontrando o acórdão fundamentação suficiente para manter a decisão de indeferimento da petição inicial e a extinção do processo, sem a resolução do mérito, não há falar em violação do art. 535 do CPC.*

*2. O Tribunal local entendeu que o recorrente, excluído da execução em momento anterior, não poderia opor embargos à execução para postular direito de terceiro em nome próprio, qual seja, a desconstituição da penhora que incidiu sobre bem imóvel que não lhe pertence. As conclusões do acórdão, portanto, vêm lastreadas em fundamentos jurídicos e fáticos bastantes para solucionar o recurso de apelação, daí resultando inexistentes os defeitos materiais apontados pelo recorrente.*

*3. Recaindo a penhora sobre imóvel que não pertence ao devedor, são cabíveis embargos de terceiros, que devem ser opostos pelo verdadeiro proprietário. Revelam-se inadequados os embargos à execução opostos com o propósito de afastar a constrição em favor do terceiro. Hipótese em que, ademais, a penhora foi desconstituída em razão do ajuizamento de embargos de terceiro pela verdadeira proprietária.*

*4. Sob o enfoque da efetivação do ato citatório após a exclusão do recorrente do processo, tal fato viabiliza o ajuizamento de embargos à execução pelo citado, ora recorrente, por meio dos quais pode defender sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da execução, sendo-lhe facultado noticiar a ocorrência de penhora sobre bem de terceiro. Esse entendimento decorre da aplicação dos arts.*

*736 e 737 do CPC, que, à época da propositura dos embargos (30/7/2003), estabeleciam que "o devedor poderá opor-se à execução por meio de embargos, que serão autuados em apenso aos autos do processo principal", e que não seriam "admissíveis embargos do devedor antes de seguro o juízo".*

*5. Recurso especial provido.*

(REsp 856.024/PR, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 29/02/2016) - grifou-se.

**RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. INDICAÇÃO DE BENS À PENHORA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DO VEÍCULO E DE INDICAÇÃO DE SEU VALOR DE MERCADO. ART. 656, VII, E §1º, DO CPC. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

(...)

*2. Ao determinar o estatuto processual civil que "o devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros", está, por óbvio, a impedir que eventual medida constritiva venha a recair sobre bens de terceiros, alheios à relação jurídica de direito material, que deu origem ao feito executivo (com exceção, é claro, daqueles bens incluídos no rol do artigo 592); daí ser imprescindível a comprovação da propriedade do bem indicado à penhora, o que não ocorreu na espécie.*

(...)

(REsp 286.582/SP, Rel. Ministro **HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2007, DJ 10/12/2007, p. 366)

Além disso, a aferição da pertinência subjetiva entre a empresa sobre cujo faturamento incidiu a penhora e os termos da execução demandaria o reexame fático probatório dos autos, o que é vedado pelo verbete nº7 deste Superior Tribunal de Justiça,

conforme se reforça:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AVENTADA IMPROPRIEDADE DOS BENS PENHORADOS. MATÉRIA QUE DEVERIA SER OPOSTA VIA EMBARGOS DE TERCEIRO POR QUEM DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE DE A PARTE DEFENDER EM JUÍZO DIREITO ALHEIO. PRECEDENTES. VIOLAÇÃO ART. ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ART. 422 CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ APLICADA NA ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Afasta-se a violação do art. 535, II, do CPC quando o decisório está claro e suficientemente fundamentado, decidindo integralmente a controvérsia, não se confundindo decisão desfavorável com omissão.*

*2. As disposições insertas nos arts. 422 do Código Civil e 14 do CPC não foram objeto do necessário prequestionamento, inviabilizando o recurso especial no ponto.*

*3. O Tribunal de origem não acolheu a impugnação à execução de sentença amparado nas provas dos autos, concluindo que os bens penhorados não pertencem à recorrente, mas a terceiros, não cabendo a ela suscitar defesa sobre direito alheio. Esse entendimento encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte. Para rever-se os fundamentos que ensejaram esse entendimento seria necessária a reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. Revisar os fundamentos que embasaram a aplicação da multa por litigância de má-fé, ou mesmo o valor da indenização imposta, esbarraria necessariamente no óbice da Súmula 7/STJ.*

*5. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.*

*(AgRg no Ag 1306184/SC, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 04/11/2011, g.n.)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator